7.347, de 24 de julho de 1985.

Considerando que o **MUNICÍPIO** deve prezar pelo desenvolvimento urbano ordenado, de forma a proteger a ordem urbanística e ambiental, com respeito às legislações de regência, sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais, não economizando esforços no sentido de que o desenvolvimento desejado efetivamente se viabilize técnica e juridicamente, com qualidade, economia, celeridade e, principalmente, sem quaisquer resvalos do ponto de vista da legalidade.

Considerando que, conforme previsto no art. 16º, do Decreto nº 165, de 13 de junho de 2018, a Comissão de Controle Urbanístico - CCU, com base na Matriz de Impactos e no Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV, apresentados no estudo, emitiu relatório de efeitos gerados pelo empreendimento e parecer quanto às medidas de mitigação e compensação, submetendo a apreciação e deliberação do Secretário de Planejamento e Gestão Pública.

Considerando que, após deliberação do Secretário de Planejamento e Gestão Pública a CCU, por meio do Diretor do Departamento de Urbanismo, emitiu Relatório Final com a indicação dos compromissos que deverão ser assumidos pelo empreendedor.

Têm as partes justo e acordado o quanto segue:

I - O objetivo do presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais à respeito da responsabilidade que tem **JARDIM IBIRAPUERA RIBEIRÃO PRETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** com as contrapartidas, sem quaisquer ônus para a Prefeitura.

II - É estabelecida a obrigação pelo presente Termo de Compromisso, pelo qual se obriga a **COMPROMISSÁRIA**, concomitantemente ao cumprimento de todas as disposições legais pertinentes, a destinação do valor de R\$ 273.938,26 (duzentos e setenta e três mil e novecentos e trinta e oito reais e vinte e seis centavos), mediante depósito em conta destinada ao Fundo de Desenvolvimento Urbano, instituído pelo art. 5 da Lei Complementar Municipal nº 2.866/2018, o qual deverá ser comprovado para a obtenção do Termo de Recebimento de Obras do empreendimento (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 273/2019).

III - O valor estipulado no item II deverá estar vinculado ao cronograma de execução do empreendimento apresentado pelo empreendedor, bem como considerando o cronograma previsto para a execução das obras e/ou serviços correspondentes à aplicação da contrapartida no período de execução do empreendimento, devendo sua comprovação ser condicionante para a obtenção do Termo de Recebimento de Obras do empreendimento (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 273/2019).

III - Este instrumento vinculará as partes, obrigando os seus sucessores ao fiel cumprimento das obrigações ora pactuadas, bem como constituir título executivo extrajudicial, na forma do art. 784, inciso III do CPC e art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/1985.

III - Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

III - **As PARTES** assumem todos os compromissos e obrigações constantes neste instrumento.

É por estarem as partes assim justas e acordadas, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma e tem eficácia a partir da data de sua assinatura.

Ribeirão Preto/SP, 13 de fevereiro de 2020

EDSOM ORTEGA MARQUES

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública

PEDRO DE STÉFANI NOGUEIRA

**JARDIM IBIRAPUERA RIBEIRÃO PRETO
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

R.G. nº:

Nome:

CPF:

R.G. nº:

DECRETO Nº 118

DE 24 DE MAIO DE 2021

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DE PROTEÇÃO, DE CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, SEGUNDO OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NOS PROTOCOLOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DUARTE NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e **Considerando** que o Município de Ribeirão Preto possui gestão plena do sistema de saúde, nos termos da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011;

Considerando o Decreto Estadual nº 65.563, de 11 de março de 2021 que institui medidas emergenciais, de caráter temporário e excepcional, no âmbito da medida de quarentena de que tratam os Decretos nº 64.881, de 22 de março de 2020, e nº 64.994, de 28 de maio de 2020, com o objetivo imediato de conter a transmissão e disseminação da COVID-19;

Considerando a situação epidemiológica de Ribeirão Preto acompanhados pelos gráficos e tabelas constantes do controle exercido pela Secretaria de Saúde do Município;

DECRETA:

Artigo 1º - Institui no município de Ribeirão Preto, em caráter temporário e excepcional no período de 27 a 31 de maio de 2021, medidas emergenciais e restritivas, com o objetivo imediato de conter a transmissão e disseminação da COVID-19.

Artigo 2º - São consideradas no Município as seguintes - emergenciais:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos, laboratoriais, farmácias e hospitalares;

II - assistência de saúde animal;

III - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

IV - atividades de defesa civil;

V - transporte de passageiros por meio de taxi ou de aplicativos;

VI - telecomunicações e internet;

VII - serviços funerários;

VIII - distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;

IX - serviços de radiodifusão de sons e imagens;

X - atividade de locação de veículos;

XI - atividades de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito ou estabelecimentos congêneres.

XII - atividades de indústrias em geral, inclusive da indústria da construção civil.

§ 1º - As atividades consideradas emergenciais deverão obedecer a todos os protocolos sanitários gerais e setoriais específicos previstos no PlanoSP.

§ 2º - O horário de atendimento, para as atividades consideradas emergenciais, será de acordo com o autorizado em seus alvarás de funcionamento.

Artigo 3º - **Não será permitido o funcionamento** das seguintes atividades, devendo as mesmas permanecerem fechadas no período citado:

I - "shopping centers", galerias e estabelecimentos congêneres.

II - comércio de materiais de construção e comércio em geral.

III - Serviços em geral.

Parágrafo Único - Exceção feita aos escritórios de contabilidade, permitido o funcionamento com a capacidade limitada a 60% (sessenta por cento) dos funcionários, e atendimento remoto preferencialmente.

IV - restaurantes, rotisseries e similares:

a) Excetua-se desta proibição o serviço de delivery de alimentação e bebida limitado até as 23 horas;

Parágrafo Único - Aos restaurantes e similares localizados no interior dos "shopping centers" aplica-se o disposto neste inciso.

V - hipermercados, supermercados, padarias, casas de bolos, lojas de conveniência, bombonieres, Pet Shop e similares:

a) Excetua-se desta proibição o serviço de delivery de alimentação e bebida limitado até as 23 horas;

X - estacionamentos.

XI - salões de beleza e estética, barbearias e similares.
XII - academias de esporte de todas as modalidades, centros de ginástica e quadra esportivas.

Artigo 4º - De forma extraordinária e exclusiva é permitido aos hipermercados e supermercados o serviço de drive-thru de alimentação e bebida limitado até as 21 horas, em local exclusivo, ao ar livre, sem que o cliente desça do carro em nenhuma hipótese, com pedido antecipado.

Artigo 5º - Ficam vedadas, em caráter temporário e excepcional no período de 27 a 31 de maio de 2021, as seguintes atividades:

I - atividades religiosas de qualquer natureza, podendo os locais de celebração, cultos e outros permanecerem abertos para visitação e oração, respeitando o protocolos de distanciamento previsto no PlanoSP;

II - eventos esportivos de qualquer espécie;

III - reunião, concentração ou permanência de pessoas nos espaços públicos, em especial, nas praças, parques e academias ao ar livre;

IV - desempenho de atividades administrativas internas de modo presencial em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços não essenciais.

Artigo 6º - Nas repartições públicas municipais ficam suspensos os atendimentos ao público, sendo permitido somente o atendimento presencial àqueles que se incluírem em atividades emergenciais a saber, áreas da segurança pública e viária, saúde, assistência social, saneamento básico, zeladoria, comunicação, tecnologia da informação e processamento de dados, as atividades de apoio, de meio ou que, de alguma forma, façam parte da cadeia dos serviços essenciais, assim também aquelas consideradas relevantes, cabendo ao responsável pela pasta a análise e decisão sobre a flexibilização do atendimento ao público.

Artigo 7º - **Ficam suspensas** as aulas e demais atividades presenciais no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas no período citado.

Parágrafo Único - O Secretário da Educação poderá dispor, se necessário e mediante resolução, sobre medidas temporárias destinadas à melhor adequação das disposições deste decreto à rede municipal de ensino.

Artigo 8º - Observado o uso permanente de máscaras de proteção facial, fica recomendado que a circulação de pessoas no âmbito do Município se limite ao desempenho de atividades essenciais, em especial no período entre 20 horas e 5 horas de segunda-feira a domingo.

Artigo 9º - **Ficam suspensas** as demais atividades e serviços não especificados nominalmente neste Decreto e no período citado fica restrita a circulação de pessoas e veículos, nos horários das 21 às 5 horas.

Artigo 10 - Ficam, a partir de 27 de maio de 2021, revogados os Decretos nº 104 de 7 de maio de 2021 e nº 113, de 21 de maio de 2021.

Artigo 11 - A fiscalização deste Decreto será exercida de forma individual ou conjunta pelo Departamento de Fiscalização Geral do Município, Guarda Metropolitana de Ribeirão Preto, Vigilância Sanitária Municipal, PROCON e conforme o Decreto Estadual nº 65.540, de 25 de fevereiro de 2021 do Governo do Estado.

Artigo 12 - O descumprimento do disposto neste Decreto sujeitará o infrator, conforme o caso, às penas previstas na Lei Complementar Municipal nº 2.963, de 06 de maio de 2019 - Código Sanitário Municipal, sem prejuízo do disposto nos artigos 268 e 330 do Código Penal e da Lei nº 2.415, de 21 de dezembro de 1970 (Código Tributário), a Resolução SS nº 96 de 29 de junho de 2020 e o previsto no Decreto Estadual nº 65.540, de 25 de fevereiro de 2021.

Artigo 13 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, reproduzindo seus efeitos no período de 27 a 31 de maio de 2021, revogadas as disposições em contrário

Palácio Rio Branco

DUARTE NOGUEIRA

Prefeito Municipal

ANTONIO DAAS ABOUD

Secretário de Governo

RICARDO AGUIAR

Secretário da Casa Civil

UE 02.02.10

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Fazenda

Secretaria Municipal da Fazenda

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, através da Secretaria Municipal da Fazenda, cumprindo o que determina a Lei Complementar nº 101 de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) no artigo 9º, parágrafo 4º, comunica e convida as entidades públicas, entidades privadas e a população de Ribeirão Preto para participação da Audiência Pública onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício de 2021.

Locais:

Câmara Municipal de Ribeirão Preto - Avenida Jerônimo Gonçalves, 1.200 (*presencialmente com quantidade limitada em decorrência da pandemia*).

Canal oficial do Youtube da Câmara Municipal de Ribeirão Preto e TV Câmara (*videoconferência*).

Data: 26/05/2021.

Horário: 14:30h.

UE 02.05.40

Saúde

Secretaria Municipal da Saúde

EDITAL DE CONVITE

PROF. DR. SANDRO SCARPELINI, Secretário Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, no uso de suas atribuições e em cumprimento à legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, em especial à Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012 caput. e § 5º do Art. 36, convida a população em geral e todas as entidades pertencentes aos segmentos a seguir relacionados para assistirem a Audiência Pública de apreciação dos relatórios financeiros e operacionais da Saúde. Prestação de Contas do 1º quadrimestre do exercício de 2021, a ser realizada no dia 28 de maio de 2021 às 14:30 Horas.

- Associação de Moradores;
- Câmara Municipal de Ribeirão Preto;
- Comissões locais de saúde;
- Clubes de serviços;
- Cursos da área de saúde nas instituições públicas e privadas de ensino;
- Direção Regional de Saúde;
- Entidades religiosas;
- Entidades privadas e filantrópicas, beneficentes ou sem fins lucrativos mantenedoras de hospitais e serviços de saúde participantes do SUS;
- Entidades representativas de portadores de patologia;
- Sindicatos e associações patronais;
- Sindicatos e associações representativos de profissionais de saúde;
- Sociedades e empresas privadas e prestadoras de serviços de saúde participantes do SUS.

Em virtude da pandemia da COVID-19, excepcionalmente neste mês de maio/21 a prestação de contas deverá ser acompanhada através do link abaixo:

Plataforma Digital Zoom:

<https://zoom.us/j/98602227293?pwd=ZlRlYmM0SjJlUjU0Q0pJUGRPN3Z3ZDZ09>

ID da reunião: 986 0222 7293.

Senha de acesso: 8651.

TV Câmara - Canal 6.3 - Digital /Aberto.

Ribeirão Preto, 20 de maio de 2021

PROF. DR. SANDRO SCARPELINI

Secretário Municipal da Saúde

UE 02.09.10